

AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1.799.504 - RS (2019/0050827-0)

RELATOR : MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
AGRAVANTE : HILDOR SCHUENKE
ADVOGADO : FERNANDO RAMOS ZART E OUTRO(S) - RS064437
AGRAVADO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

DECISÃO

PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO DE APOSENTADORIA. ADEQUAÇÃO DO BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO ÀS EMENDAS CONSTITUCIONAIS 20/1998 E 41/2003 DE ACORDO COM O ENTENDIMENTO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NO JULGAMENTO DO RE 564.354 - REPERCUSSÃO GERAL. PARCELAS EM ATRASO. INÍCIO DA CONTAGEM DA PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. TEMA 1.005 - ATO DE AFETAÇÃO PELO COLEGIADO DA 1ª. SEÇÃO DO STJ. OBSERVÂNCIA DO ARTIGO 1.036, § 5º., DO CPC/2015 E EMENDA REGIMENTAL 24 DO RISTJ.

1. Trata-se de Agravo Interno interposto por HILDOR SCHUENKE contra a decisão que deu parcial provimento ao Recurso Especial do INSS, nos termos da seguinte ementa:

PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. REVISÃO DE APOSENTADORIA. VIOLAÇÃO DO ART. 1.022 DO CPC NÃO CONFIGURADA. ADEQUAÇÃO DO BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO ÀS EMENDAS CONSTITUCIONAIS 20/1998 E 41/2003 DE ACORDO COM O ENTENDIMENTO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NO JULGAMENTO DO RE 564.354 - REPERCUSSÃO GERAL. AFASTADA A DECADÊNCIA DO DIREITO À REVISÃO NOS MOLDES DO CAPUT DO ART. 103 DA LEI 8.213/1991. PARCELAS EM ATRASO. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL CONTADA DO AJUIZAMENTO DA AÇÃO INDIVIDUAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL DO INSS CONHECIDO. RECURSO ESPECIAL PARCIALMENTE PROVIDO.

2. Nas razões recursais, a recorrente sustenta, em síntese, que não é o caso de declaração da prescrição de fundo de direito da pretensão, pugnando, pela manutenção do marco prescricional fixado no acórdão recorrido para assegurar que a prescrição, no caso, atingiria apenas as eventuais parcelas vencidas há mais de cinco anos da data do ajuizamento da Ação Civil Pública.

3. É o relatório.

4. A Primeira Seção desta Corte, nos autos dos REsp. **1.761.874/SC, 1.766.553/SC e 1.751.667/RS**, decidiu que a questão acerca da **fixação do termo inicial da prescrição quinquenal, para recebimento de parcelas de benefício previdenciário reconhecidas judicialmente, em ação individual ajuizada para adequação da renda mensal aos tetos fixados pelas Emendas Constitucionais 20/1998 e 41/2003, cujo pedido coincide com aquele anteriormente formulado em Ação Civil Pública**, será apreciada sob o rito dos recursos repetitivos. Nesse contexto, o julgamento imediato do Recurso Especial seria prematuro.

5. A admissão de Recurso Especial como representativo da controvérsia impõe o sobrestamento dos autos do processo em que foram interpostos recursos na origem cuja matéria identifique-se com o tema afetado, para que, uma vez concluído o julgamento nesta Corte, seja o inconformismo apreciado na forma do art. 1.036, § 5º. do Código Fux.

6. Em face do exposto, determina-se a devolução dos autos ao Tribunal de origem, com a devida baixa nesta Corte, para que, após a publicação do acórdão representativo da controvérsia: (a) o Recurso Especial tenha seguimento negado, caso o julgamento recorrido esteja em conformidade com a orientação firmada pelo STJ, ou (b) para que ele seja provido, conforme o caso, quando o julgamento recorrido divergir do entendimento firmado nesta Corte Superior de Justiça, nos termos art. 1.036, § 5º. do Código Fux.

7. Publique-se.

8. Intimações necessárias.

Brasília (DF), 11 de junho de 2019.

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
MINISTRO RELATOR